



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Formação de Professores
Departamento de Educação
Curso de Pedagogia

Janaína de Oliveira Venancio da Silva

**Trajatória Escolar e Construção Identitária –
De Menina Negra à Formação de Professora Negra**

São Gonçalo,
2015

Janaína de Oliveira Venancio da Silva

**Trajatória Escolar e Construção Identitária –
De Menina Negra à Formação de Professora Negra**

Monografia submetida ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Regina de Fatima de Jesus.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Regina de Fatima de Jesus

São Gonçalo,
2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S586 Silva, Janaína de Oliveira Venancio da.
Trajetória escolar e construção identitária - de menina negra à
formação de professora negra / Janaína de Oliveira Venancio da Silva. –
2016.
50f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina de Fátima de Jesus.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação. 2. Racismo. I. Jesus, Regina de Fátima de. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de
Professores.

CDU 371

Janaína de Oliveira Venancio da Silva

**Trajatória Escolar e Construção Identitária –
De Menina Negra à Formação de Professora Negra**

Monografia submetida ao Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da professora Dra. Regina de Fatima de Jesus.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora: _____

Prof^a Dr^a Regina de Fatima de Jesus (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores- FFP/UERJ

Prof^a Dr^a Mairce da Silva Araújo (Parecerista)
Faculdade de Formação de Professores- FFP/UERJ

São Gonçalo,
2015

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, *in memoriam*, pois sempre acreditaram em mim e se orgulhavam disto; a toda minha família, meu bem mais precioso, e a todos os meus amigos que também acreditaram, mesmo eu quando já não acreditava; a toda comunidade do Morro do Estado em Niterói, lugar em que nasci e, cuja população, sonho um dia ver dentro de uma universidade reescrevendo nossa história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que me deu forças para continuar e vir até o fim, apesar das lutas; ao meu marido Wagner, que durante os dois últimos anos de curso foi obrigado a sustentar toda a família sozinho para que eu realizasse um sonho, aliás ele sempre embarca em todos; aos meus filhos Wellington, Janine, Tamiris e Vinicio pela paciência com que suportaram meus momentos de ausência e até mesmo escassês, já que fui obrigada a parar de trabalhar para concluir o curso; aos meus irmãos Rosa e Edson que, de alguma forma, contribuíram para que eu fosse a primeira em nossa casa a conquistar uma graduação; à Ana Lúcia, que desde o momento em que passei no vestibular esteve ao meu lado me ajudando com minhas filhas e minha casa; a Simone Félix que desde o primeiro dia de aula se mostrou amiga e nos momentos de dificuldade se fez sempre presente e finalmente à Regina de Jesus, minha professora/orientadora, que foi incansável na orientação para elaboração deste trabalho e não desistiu de mim em nenhum momento.

Música - Catatau

Jovelina Pérola Negra

Catatau, chegou legal no Vidigal
Ia haver uma blitz naquele local
(catatau, catatau, catatau)

Catatau, chegou legal no Vidigal
Ia haver uma blitz naquele local
(o malandro)

O malandro pinoteou,
Pouco antes da hora que a justa chegou
Por onde está, por onde andou?
Ninguém dedou,
Por onde está, por onde andou?
Ninguém dedou.

De repente no beco da grande favela
Um vulto surgiu na viela
O soldado deu voz de prisão, com decisão
O soldado deu voz de prisão, com decisão
O soldado deu voz de prisão, com decisão.
(do outro lado)

Do outro lado, nego desempregado
Bastante desesperado, se rende correndo e cai
Do outro lado, nego desempregado
Bastante desesperado, se rende correndo e cai.

Mais caiu com a mão na cabeça
Para que ninguém esqueça
O quanto pediu clemência
E não foi ouvido, por causa da violência
Que fez chorar o soldado
Que muito mal orientado, não pode evitar o mal
E nem a sorte daquele inocente lá do Vidigal
Que fez chorar o soldado
Que muito mal orientado, não pode evitar o mal
E nem a sorte daquele inocente lá do Vidigal.

Sumário

1- Introdução – Marcas que me levaram a pesquisar minha história	8
2- Metodologia – A pesquisa autobiográfica e os caminhos para a formação	10
3- Memórias do racismo em minha trajetória escolar	14
4- Minha construção identitária e a formação da professora negra que quero ser	30
5- Se a sociedade racista me considera diferente, quero fazer a diferença para meus alunos e alunas.....	41
6- Conclusões–Anúncios de caminhos para uma professora negra.....	48
7- Referências Bibliográficas	48

Resumo

O presente trabalho monográfico, com caráter autobiográfico (JOSSO, 2007) tem como objetivo investigar e analisar o processo de formação e os caminhos percorridos por uma aluna negra, as marcas do racismo em sua trajetória pessoal/escolar a fim de refletir sobre o racismo presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nos cotidianos escolares, em busca de pistas para a formação/construção de uma professora melhor. Assim, a partir das memórias da autora, são tecidas reflexões teóricas em busca de refletir sobre as implicações do racismo no âmbito social e na formação da identidade negra. A pesquisa dialoga com as legislações que visam reparar danos causados à vida do segmento negro da população, desde a formação de nosso país até a contemporaneidade e aborda também a lei 10639/03 e sua aplicação no cotidiano escolar. Em interlocução com MUNANGA (2013), GOMES (2002), SOUZA (1983), JESUS (2013), dentre outros, a pesquisa buscou contribuir para a discussão sobre como o racismo no Brasil prejudica a construção da identidade de crianças afrodescendentes e como a escola e seus sujeitos podem contribuir para combater práticas racistas.

Palavras-chaves: Preconceito racial na educação; Identidade negra; Lei 10639/03.

1- Introdução – Marcas que me levaram a pesquisar minha história

Durante anos carreguei preso em minha garganta, um grito tão ensurdecedor que abafava a minha voz. Eu não entendia o porquê disso tudo. Queria gritar para que parassem, pois eu era uma criança sim, mas carregada de dor e sofrimento, já que cada vez que ouvia o grito de: “sua macaca”, “negra do cabelo duro”, “sua burra” dentre outros tratamentos pejorativos ou quando era agredida fisicamente por cor conta disto, não tinha forças para gritar e até mesmo me defender tendo como único escape o choro e o isolamento.

A permanência no espaço escolar foi conflituosa, apesar de querer muito, não conhecia a minha história, salvo aquela contada nos livros didáticos, aquela em que o negro vindo dos solos africanos para o nosso país, era obstinado e só servia para os serviços braçais. A mesma que a maioria conhece. Sou descendente de negros que aqui foram escravizados, por parte de meu pai, e indígenas, por parte de minha mãe. Isso não facilitou muito a minha vida, assim como a de muitos outros negros que sofrem discriminações diariamente. Atualmente, com o surgimento de algumas leis reparadoras como a 10.639/03, as DCNs, com suas normas obrigatórias, além de vários outros movimentos, conseguimos enxergar a possibilidade de mudança.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p.17).

Este desejo de conhecer um pouco mais de minha história, do meu povo, o desejo de tentar entender algumas atitudes de agressões gratuitas sofridas durante a minha vida e a vontade de orientar meus filhos para que eles tivessem uma nova postura diante de situações, as quais sei enfrentam e enfrentarão durante suas vidas, principalmente na escola, me levaram a pesquisar sobre minha história, aliás, uma história que não é só minha, mas de todos nós, negros/as brasileiros/as no espaço escolar, assim como bem nos diz Nilma Lino Gomes:

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, provas, testes e conteúdos. Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua

cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (GOMES, 2002 p. 2).

É deste olhar sobre o negro, que está, não só no interior da escola, mas para além da escola, que venho dialogar neste trabalho, visto que ações preconceituosas ainda se perpetuam no espaço.

Quando nos debruçamos sobre os jornais, a internet e/ou televisão não há um dia em que não se encontrem notícias de jovens negros assassinados, seja praticando algo ilícito ou, na maioria das vezes, não. O “ser negro já os torna, na sociedade brasileira, que é racista, “suspeitos potenciais”. Como nos diz Lélia Gonzalez (1984), são “esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe que são negros jovens, com menos de trinta anos, por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país” (p.231).

Uma notícia do último dia 29 de novembro de 2015 vem chamando a atenção da população: cinco jovens, negros, que saíram para comemorar o primeiro salário de um deles, foram alvejados dentro de um veículo com mais de 50 tiros, sem direito à defesa.

Foi uma execução a sangue frio”, afirmou o pai de Wesley, Júlio César, encarregado de obras, que informado da morte do filho na manhã de ontem, enquanto trabalhava num bico. Há cerca de três meses, Júlio César trabalhava com carteira assinada numa obra em Petrópolis, região serrana no Rio, e havia um mês, Wesley trabalhava lá com ele, como ajudante de obras, segundo contou o pai. “Pobres e negros perderam o direito de ir e vir”, disse Júlio César ao Estado, Cobrando Explicações das autoridades (ESTADÃO, 2015).

Desabafo de um pai, que com uma dor imensurável, sepulta seu filho que, como tantos outros, levantam suspeita pelo simples fato de “ser negro”. Diariamente passamos por situações semelhantes sem nos tocarmos para a gravidade do problema. Nosso povo está sendo dizimado, o índice de assassinato de jovens negros cresce a cada dia, segundo dados do IBGE (2012), mas nenhuma atitude é tomada. E nós, cidadãos, seguimos silenciosos em nossa luta diária. Mas não todos/as. Há muitas vozes que precisam dizer de si, muitas vozes que clamam por serem ouvidas. Eis que encontro “ouvidos para ouvir” em um espaço que, muitas vezes, silencia os que destoam do padrão hegemônico.

É nesse sentido que esta pesquisa monográfica, de cunho autobiográfico, pretende desenvolver-se. Minha história e minhas memórias serão trazidas ao diálogo, anunciando caminhos formativos.

2- Metodologia – A pesquisa autobiográfica e os caminhos para a formação

A pesquisa, de cunho qualitativo, busca através da autobiografia, uma autoformação, ou melhor, uma formação/transformação como bem nos diz Josso:

Um trabalho transformador de si, ligado à narração das histórias de vida e a partir delas, tornou-se indispensável a uma Educação Continuada, digna desse nome. As narrações centradas na formação ao longo da vida revelam formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto (JOSSO, 2007, p.414).

Desta forma, analisando fatos e revivendo algumas histórias venho colocando em pauta minha formação, que professora pretendo ser, o que fazer durante minha trajetória profissional, que está em constante formação.

Assim, nesta pesquisa, de cunho autobiográfico, volto-me às minhas memórias, muitas vezes sofridas, para refletir teoricamente sobre o racismo presente no cotidiano escolar em busca de pistas para construir-me uma professora melhor, pois acredito, bem como nos traz Elizeu Clementino que:

Tomar a escrita de si como um caminho para o conhecimento, numa perspectiva hermenêutica, não se reduz a uma tarefa técnica ou mecânica. O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emerge em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas. Neste sentido, o conceito de “si mesmo” é, como todo conceito, uma proposta organizadora de determinado princípio de racionalidade (SOUZA, 2008 p.44).

O fato é que durante muito tempo achei que as situações de racismo vividas por mim eram casos isolados, questões pessoais, singulares, já que todas as vezes que conversava com algumas pessoas sobre o assunto elas diziam que não haviam vivido esta tal experiência. A academia, os meios de comunicação e as mídias atuais, que vem relatando casos emergentes a cada dia, me proporcionaram novas leituras de mundo descortinando meu olhar para o assunto, aguçando assim minha curiosidade e vontade de ir além. Tenho buscado aprofundamento a partir de minha curiosidade. Lendo alguns artigos, algumas entrevistas e assistindo vídeos, a cada dia, percebo despertar em mim o desejo de avançar nas reflexões sobre minhas experiências. São estas reflexões que me fortalecem enquanto professora negra para as batalhas diárias, dando subsídios para novas ações. Agora que recomecei não pretendo parar e sei que pequenas ações produzem grandes feitos, logo, quero levar para minha vida profissional parte do que venho aprendendo e aprendendo na academia.

Munanga (2013) em uma entrevista à Revista Fórum traz uma experiência vivida inúmeras vezes por mim e alguns irmãos/colegas, mas que passava despercebida, ou preferíamos não tocar no assunto para não sermos chamados de racistas.

Meus filhos estudaram em escola particular, Colégio Equipe, onde estudavam filhos de alguns colegas professores. Eu não ia buscá-los na escola, e quando saíam para tomar ônibus e voltar para casa com alguns colegas que eram brancos, eles eram os únicos a ser revistados. No entanto, a condição social era a mesma e estudavam no mesmo colégio. Por que só eles podiam ser suspeitos e revistados pela polícia? Essa situação eu não posso contar quantas vezes vi acontecer. Lembro que meu filho mais velho, que hoje é ator, quando comprou o primeiro carro dele, não sei quantas vezes ele foi parado pela polícia. Sempre apontando a arma para ele para mostrar o documento. Ele foi instruído para não discutir e dizer que os documentos estão no porta-luvas, senão podem pensar que ele vai sacar uma arma. Na realidade, era suspeito de ser ladrão do próprio carro que ele comprou com o trabalho dele. Meus filhos até hoje não saem de casa para atravessar a rua sem documento. São adultos e criaram esse hábito, porque até você provar que não é ladrão... A geografia do seu corpo não indica isso (MUNANGA, 2013).

O interessante que eles não eram moradores de favela como nós. A cada dia precisamos provar para nossa sociedade que o tom da nossa pele não define nosso caráter. Nossos movimentos não podem ser bruscos, pois para alguns, o movimento brusco de um negro é ameaçador e causa pânico. Toda atitude deve ser pensada para não virarmos alvo, já que o simples fato de ter uma maior concentração de melanina na pele nos faz, segundo os racistas, elementos suspeitos e com alto nível de periculosidade.

Mas nem tudo está perdido, pois como nos diz Gomes (2010), os movimentos realizados ao longo dos anos para reparo e transformação da realidade do negro com relação às práticas de racismo, perpetuadas durante anos em nossa sociedade, são também de responsabilidade do sistema de ensino e vem pressionando o Ministério da Educação para que haja mudanças.

As questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e a resistência negras, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do País, resultando em questionamentos à política educacional. Desencadeia-se um processo de pressão ao Ministério da Educação, aos gestores dos sistemas de ensino e às escolas públicas sobre o seu papel na superação do racismo na escola e na sociedade (GOMES, 2010, p.4).

Assim como Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga, autores dos quais me aproximei e muito tem contribuído com os diálogos e reflexões acerca do racismo na sociedade brasileira e nos cotidianos escolares, muitos/as outros/as intelectuais dedicam suas pesquisas à temática “relações raciais e educação”, como é o caso de Jesus (2013) que com a

pesquisa Compartilhando Experiências – Possibilidades para implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses, comunga do mesmo pensamento de Nilma, acreditando ser a educação um dos caminhos para mudança de mentalidade/atitude. Regina de Jesus, minha orientadora, compreende o papel transformador das experiências pedagógicas e busca co-construir possibilidades de ação com a participação dos/as professores/as. Ou seja, universidade e escola básica são consideradas produtoras de conhecimento no âmbito das pesquisas que desenvolve no município de São Gonçalo, onde se situa a Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A formação de um profissional é contante, pois a cada dia surgem novos conhecimentos, novas informações que podem transformar seu jeito de agir e até pensar. Josso (2007) nos fala da necessidade da colocação de indivíduos de um grupo de forma individual e/ou coletiva arrancando-os de seus isolamentos, possibilitando assim o desenvolvimento de novas estratégias, novos recursos, se reiventando com e através do outro.

A colocação em comum de questões, preocupações e inquietações, explicitadas graças ao trabalho individual e coletivo sobre a narração de cada participante, permite que as pessoas em formação saiam do isolamento e comecem a refletir sobre a possibilidade de desenvolver novos recursos, estratégias e solidariedades que estão por descobrir ou inventar. As crenças de cada um e de cada uma sobre as potencialidades do humano desempenham aqui um papel maior. E será facilmente compreensível a importância de trabalhá-las explicitamente se pretendemos contribuir para mudanças sérias no fazer e no pensar de nossa humanidade (JOSSO, 2007, p. 415).

Nas oficinas pedagógicas realizadas pela pesquisa “Compartilhando Experiências – Possibilidades para implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses”, orientada pela professora Regina e da qual faço parte como bolsista voluntária, encontramos novos caminhos para formação e autoformação através das experiências vividas por seus integrantes que rompendo com o cotidiano escolar busca, junto com alguns professores/as, elabora, através da troca de experiências, novas alternativas para desenvolvimento de seu trabalho, novas parcerias que possibilitem superar as práticas racistas que nos rodeiam.

Percebemos que mesmo com a lacuna em suas formações iniciais e com a falta de formação contínua, bem como de materiais pedagógicos adequados, os/as professores/as vão, de forma autônoma, buscando alternativas e parcerias em seus trabalhos, mas pode-se considerar que ainda são poucos os que rompem com o cotidiano conforme e buscam práticas de caráter antirracista e, neste sentido tentando cumprir as determinações da lei 10.639/03 (JESUS, 2013, p.127).

Neste sentido podemos ver a educação como um dos importantes passos para uma grande mudança, não esquecendo que uma longa caminhada se inicia em um ponto de partida. Com passos curtos ou longos, não importa, o que importa é não parar.

Souza (1983), busca refletir sobre uma identidade negada ao negro brasileiro que para se autoafirmar nega-se assumindo muitas vezes um padrão que não é o seu.

A história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história de submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se lhe faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação. (SOUZA, 1983, p.23)

Segundo ela ao negro é atribuído tudo o que é ruim levando-o a não aceitação de sua cor e muitas vezes, quando possível, fazendo-o camuflar-se em uma identidade branca.

Assim, vou compreendendo no diálogo com autores/pesquisadores com os quais dialogo, que prática-teoria-prática são indissociáveis e que as experiências são potenciais em nossa formação.

3- Memórias do racismo em minha trajetória escolar

Tenho uma memória que muitas vezes me incomoda, pois ela registra situações de constrangimento que eu preferia esquecer, ou até mesmo não me importar, como por várias vezes me foi sugerido, sobretudo no que tange ao racismo.

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005, p.46).

Desde a infância ouço as pessoas proferirem que não são preconceituosas ou que não existe racismo/preconceito no Brasil, mas muitas atitudes e experiências vividas me dizem o contrário.

Já se passaram alguns anos desde minha infância na escola, lugar em que passava maior período do meu dia, pois fui aluna semi-interna em uma instituição administrada pela igreja católica desde a creche até a extinta 4ª série primária. As atrocidades vividas naquele local nunca me saíram da memória, principalmente durante a alfabetização, ano que para mim pareceu eterno e aterrorizante, mais ainda quando estava em sala de aula. Interessante que os gritos da professora ecoavam em minha mente todas as vezes que alguém me atacava por conta do tom da minha pele, além de me deixar durante algum tempo com medo de gente e sem coragem de me aproximar de qualquer pessoa com o tom da pele mais claro que o meu. Passei todo aquele período letivo ouvindo gritar que eu era preta, burra e ainda morava em morro, por isso nunca chegaria a lugar algum. Por causa dessa atitude, ainda hoje quando alguém fala um pouco mais alto comigo, meu coração dispara, o corpo começa a tremer e a vontade de chorar logo vem.

Não é fácil construir uma identidade negra positiva convivendo e vivendo num imaginário pedagógico que olha, vê e trata os negros e sua cultura de maneira desigual. Muitas vezes os alunos e as alunas negras são vistos como “excluídos”, como alguém que, devido ao seu meio sociocultural e ao seu pertencimento étnico/racial, já carrega congenitamente alguma “dificuldade” de aprendizagem e uma tendência a “desvios” de comportamento, como rebeldia, indisciplina, agressividade e violência. Essas concepções e essas práticas pedagógicas, repletas de valores e representações negativas sobre o negro resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo pelos alunos e alunas, expresso numa relação de animosidade com a escola e com o corpo docente. Diante de uma

estrutura e de práticas excludentes não é de se estranhar que muitos alunos e alunas negras introjetem o racismo e o preconceito racial (GOMES, 2002, p. 41-42).

Somente na universidade comecei a entender certas atitudes e descobri que a visão da minha professora, apesar de não ser correta tinha fundamentos, pois fomos classificados desta forma e este pensamento perdura, ainda que digam o contrário, até os dias de hoje.

Em seu artigo “Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia”, Kabengele Munanga (2004), analisando conceitos dos séculos XVIII-XIX, nos fala da posição de superioridade que o branco é colocado com relação às raças “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio, a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc, que segundo os brancos pensavam os tornava mais bonitos e inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc, conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, a mais escura de todas, considerada por isso, como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto, a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação.

A vida do negro na escola é complexa, pois ele precisa acreditar em si mesmo e levar o outro a acreditar também. Desconstruir uma história criada há séculos pelos nossos dominadores é tarefa árdua, mas nos últimos anos algumas medidas vêm sendo tomadas para que esta correção seja feita, como é o caso da lei 10.639/03, a criação de órgãos voltados para a questão racial etc.

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’" (BRASIL, 2003).

Tendo em vista as necessárias transformações no âmbito da educação, segundo Cunha Jr (2013) a formação de professores deveria conter no mínimo quatro assuntos: a)

raízes africanas do Brasil; b) relações étnicas no Brasil, conflitos e tensões; c) diversidade cultural a desigualdade social; d) afro descendência e educação; pois a ausência destes temas nos indica uma alienação com o cotidiano da nossa história.

O fato de conhecermos somente um lado da história faz com que não nos valorizemos. Assim, ainda voltando à vida escolar quero relatar um pouco da vivência com meus colegas.

Não sei se por conta do que os meus colegas assistiam em sala de aula ou por causa do meu isolamento, mas o recreio também era muito difícil, se na sala de aula eu ouvia os gritos da professora, no pátio da escola além de ser chamada de “macaca” ou “baleia”, pois também era uma criança gorda, ainda apanhava.

No pátio havia um lago, durante anos tomei banhos involuntários nele. Detalhe, eu ficava de castigo por conta disso. Havia uma inspetora na escola que fazia questão de me humilhar e um dia me arrastou pela orelha, que estava inflamada, por toda a escola até uma linha no pátio onde fiquei durante algum tempo com o pus pingando e as outras crianças rindo da minha cara. Nunca mais me esqueci desta cena, ainda que quisesse não poderia, pois naquele dia minha orelha foi rasgada junto com a minha alma.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2012, p.43).

Foi muito difícil me aceitar enquanto criança negra. As tranças me incomodavam, já que minha cabeça, segundo meus colegas, eram as ruas de Icarai, bairro onde estudei. E quando minha mãe soltava meus cabelos, eu tinha que ouvir músicas tipo, “nega do cabelo duro, qual é o pente que te penteia?” e se passava o famoso “pente quente” elas ameaçavam jogar água, a tormenta era constante e por mais que tentasse nunca conseguia agradar “aquele povo”, sendo sempre alvo de piadas e tratamento pejorativo.

Ainda com relação aos cabelos bell hooks¹, apesar de não ser brasileira, mas uma mulher negra nos Estados Unidos faz relatos que lembram a minha infância: “Nas manhãs de sábado, nos reuníamos na cozinha para arrumar o cabelo, quer dizer, para alisar os nossos

¹ O uso de minúsculas deve-se ao fato de a própria autora registrar seu nome desta forma.

cabelos. Os cheiros de óleo e cabelo queimado misturavam-se com os aromas dos nossos corpos acabados de tomar banho e o perfume do peixe frito”.

Lembro-me do nosso esforço em ter cabelos parecidos com o das mulheres brancas, sem muito sucesso por sinal, sem a mínima preocupação em sermos autênticas.

Isto se dava por conta da necessidade de aceitação, pois o fato de deixar meu cabelo natural era encarado como “relaxamento”. Por um breve momento resolvi não dar atenção às opiniões alheias e mantive meu cabelo natural, mas até em casa era criticada por conta disso o que me levou a desistir e me rendi ao famoso “henê” que, aliás, era uma escravidão.

Não me lembro em nenhum momento da minha infância ter tido acesso a literaturas que abordassem o negro em uma posição de destaque ou até mesmo uma história de participação do negro em nossa sociedade enquanto ser pensante. Creio que por isso tanto eu quanto meus colegas não gostássemos de ser negros.

No ano seguinte, ao iniciar o período letivo, todas as crianças foram colocadas em uma sala para divisão das classes. Chegando a hora da minha turma, irmã Heloisa, que era freira e diretora da escola, gritou lá da frente: “Os alunos da tia Ângela vão voltar para a sala dela”. Na mesma hora entrei embaixo da carteira e fiquei quietinha vendo as perninhas das crianças sumirem uma a uma de dentro daquela sala. Em um dado momento ela gritou: “Alguém ficou sem turma?” Imediatamente puxei o hábito dela e falei: Irmã, eu não tenho turma. Ela me perguntou quem havia sido minha professora no ano anterior e quando falei, veio à informação de que eu voltaria para a mesma turma. Em meio ao desespero, agarrei-me às pernas da irmã e só conseguia chorar. Acredito que ela percebeu a minha inquietação e acabou me encaminhando para outra professora que marcou minha vida de uma forma bem positiva.

Algumas funcionárias da escola costumavam elogiar minha mãe pelos cuidados dispensados a mim, já que, “apesar de negra”, segundo elas, estava sempre com os cabelos trançados, banho tomado e a roupa impecável, minha mãe tinha medo das pessoas me hostilizarem e fazia questão de cuidar do meu asseio.

O sujo está associado ao negro: à cor, ao homem e à mulher negros. A linguagem gestual, oral e escrita institucionaliza o sentido depreciativo do significante negro: o “Aurélio”, por exemplo – para citar apenas um dos nossos mais conceituados dicionários – vincula ao verbete NEGRO os atributos sujo, sujeira, entre dez outros de caráter pejorativo.

O negro acreditou no conto, no mito, e passou a ver-se com os olhos e falar a linguagem do dominador (SOUZA, 1983, p.29-30).

As situações vividas no cotidiano escolar me afastavam cada dia mais das pessoas fazendo com que eu me fechasse em meu mundinho particular; ainda que alguém me dissesse: você é linda, sempre achava que era deboche ou compaixão, como podia eu, uma negra, ser linda? Não conseguia falar com ninguém com o tom da pele mais claro que o meu, aquela coisa da inferioridade com a qual convivemos e, por vezes, naturalizamos. E, quando eu era “forçada” a me colocar em público, as lágrimas vinham primeiro. Era minha “válvula de escape”. Acabei chamando a atenção da professora que se preocupou com esse fato, pois achava estranho eu não me relacionar com ninguém e por isso chamou minha mãe, que, aliás, precisava trabalhar e por isso havia me matriculado em período integral. Ela reservou uma manhã para ir à escola e, após indicação da professora, conseguiu agendar um psicólogo para investigar o que estava acontecendo. Não lembro bem do que conversávamos, mas lembro de que com o passar do tempo, comecei a me soltar, a falar, ou seja, a “abrir mais a boca” para me defender e não engolia calada certas afrontas.

Munanga (2013) nos lembra que há dificuldade de reconhecer quem é negro ou não é, por parte de alguns intelectuais. Os policiais não têm dificuldade de saber quem são, os zeladores dos prédios, também não. São os intelectuais que têm dificuldade em um país onde existe discriminação racial. Significa que quem discrimina sabe quem é o negro. Isso é na verdade um falso problema.

Lembro-me de que algumas coisas me indignavam e uma delas era ver meus amigos negros se juntando para me atacar. Oracy Nogueira (2006) nos fala sobre este preconceito no Brasil que é o preconceito de marca, totalmente diferenciado dos Estados Unidos onde o preconceito é de origem. Em nosso país, quem pode fugir da realidade da raça, foge. E o que só agora entendo, é que algumas crianças por não terem a pele tão negra quanto a minha, não se sentiam negras e, fugindo da realidade da cor, buscavam sofrer menos com o racismo, mesmo que isso não fosse consciente por parte delas. Já para mim, que sou negra e com as marcas fenotípicas bem visíveis, ainda que quisesse, não teria como fugir a minha origem, logo enfrentava os ataques diários.

Um negro norte-americano ficará desapontado ao ver que um brasileiro, de quem esperaria lealdade “racial” por considerá-lo de seu grupo, em função do conceito de negro corrente nos Estados Unidos, se identifica com o grupo branco e manifesta preconceito em relação a elementos de cor (NOGUEIRA, 2006, p.295).

A hora do recreio ainda era preocupante, já que a diversão dos meus amigos era me provocar para ter a chance de me chamar de macaca e outras coisas que nós negros conhecemos bem. Fui desenvolvendo meu repertório de defesa e tinha sempre uma resposta para cada um que me atacasse. Para uns eu dizia, “no tempo da escravidão você ia para o tronco junto comigo”, pois eram negros como eu e não conseguiam enxergar por ter o tom da pele um pouco mais claro; já para outros, “você tem o pezinho na África também”; e daí por diante. Ou seja, eu usava de argumentos e frases racistas para depreciar meus colegas da escola, porque, cotidianamente, é isso que todos nós ouvimos e, independentemente de sermos ou não negros, em uma sociedade racista. Apanhei bastante até conseguir, já no último ano, me defender fisicamente, sem auxílio dos amigos mais fortes que estavam sempre prontos para me ajudar, os justiceiros que não suportavam ver aquela covardia.

Passada a fase do primeiro segmento do ensino fundamental, fui para outra escola, novos amigos, novos professores e atitudes antigas. A maturidade chegando e com ela um olhar mais crítico para as atitudes alheias.

Uma coisa é certa, saí daquela escola cheia de vontade de fazer algo diferente, queria provar mim e para os outros que eu era preta sim, mas burra não. Era muito complicado ver as pessoas não se aproximarem de mim ou se aproximarem para me ofender, ainda que eu nada fizesse contra elas; se eu me tornasse uma das melhores alunas da turma com certeza chamaria atenção para mim de outra forma e faria novas amizades, esse era o meu desejo naquele momento.

Confesso que me tornei meio agressiva, tinha resposta para tudo, sempre armada e pronta para responder de forma áspera quem fizesse qualquer comentário relacionado à minha cor e/ou condição social. Atacava para me defender, pois era a única maneira encontrada até aquele momento. Minha defesa era o ataque.

Novo período, nova escola, novos alunos, enfim uma nova jornada. Os alunos desta nova escola, ou melhor, da minha sala de aula, eram em sua maioria, de classe média, logo, não sei se por conta deles ou de seus pais, só tinham contato conosco na escola, eles tinham por hábito não se misturar e em nossa sala poucas pessoas moravam na favela. Sempre tive um enorme desejo de frequentar a casa de meus colegas, mas sabia que a minha amizade era só para aquele ambiente, tipo um jogo de interesses, vamos colar com ela para aprendermos a matéria.

Havia um grupo seleta e com o tempo descobri que nós, negros e favelados, nunca faríamos parte, ou sequer seríamos convidados para as festas realizadas por eles. Ouvíamos os comentários e víamos a agitação, sabíamos que elas iriam acontecer, mas também sabíamos que nossos nomes nunca estariam naquela seleta lista.

Nesta fase fiquei muito encantada com a matemática, foi nesse momento que conheci a minha primeira professora negra, aliás, a única em todo o ensino fundamental. Foi uma injeção de ânimo, pois descobri que negro além de trabalhar em obra, casa de família ou qualquer outro tipo de serviço braçal, poderia ser professora. Decidi ser a melhor aluna de matemática e ia para escola até doente, quem sabe eu também chegasse lá.

Segundo Gomes (2012), o estudo da história da África e das culturas afro-brasileiras ainda se encontra preso “às contribuições” dos africanos e seus descendentes à sociedade brasileira e não a sua “participação efetiva” na construção deste país e do mundo, o que naquele momento era um pouco pior, pois a história abordava apenas as contribuições braçais, ou seja, o negro enquanto escravo e apto apenas para serviços brutos, aquele para quem a leitura não se faz necessária, tendo em vista que o trabalho mental, intelectual estava reservado ao branco. A concepção das crianças, inclusive a minha, relacionada aos negros vinha com toda aquela carga negativa, eu realmente acreditava que para um negro chegar à universidade deveria ser muito inteligente, o que não era o meu caso, creio que no meu subconsciente, bem lá no fundo, os gritos da minha professora misturados às atitudes de meus amigos “martelavam” minha mente me levando a realmente desacreditar na minha capacidade.

Neusa dos Santos Souza vai nos dizer que muitas vezes o negro luta contra a maré da dominação para aos poucos conquistar espaço que o integrem à ordem social competitiva e lhe permitam classificar-se no sistema vigente de classes sociais.

...A ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova inofismável dessa inserção. Significava um empreendimento que, por si só, dignificava aqueles que o realizassem. E mais: retirando-o da marginalidade social, onde sempre estivera aprisionado, a ascensão social se fazia representar, ideologicamente, para o negro, como um instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (SOUZA,1983, p. 21).

Não me recordo qual era a disciplina, mas tínhamos que apresentar uma peça de teatro e em minha sala havia somente umas quatro crianças negras, eu era a única participante

da peça. Na ocasião ficou para mim o papel de avó, confesso que fiquei meio desconfiada, pois além do meu neto ser branco tinha certeza que ouviria comentários maldosos por ser negra. Não deu outra, para me caracterizar como avó enchi minha cabeça de talco, quando entrei em cena as pessoas não me deixaram falar. Não estávamos apresentando nenhuma peça humorística, mas a plateia passou a peça inteira dando gargalhadas da minha cara e me chamando de “preta velha” por conta dos meus cabelos brancos dentre outros tratamentos pejorativos e mesmo xingamentos. Por mais que tentasse continuar com o texto, as lágrimas insistiam em cair. Fiquei muito triste, pois tínhamos ensaiado demais para isso. Consegui ir até o fim da apresentação, mas o sentimento de angústia tomou conta de mim e mais uma vez resolvi me isolar, desta vez não ficaria tão só, já que tinha como companheiros os livros e alguns amigos também desprezados na escola.

Na realidade éramos um grupo de quatro: um menino, o Vagner, que era perseguido por ter, segundo as outras crianças da escola, toda uma característica homossexual; uma menina, a Cris, moradora do bairro, que usava óculos, era mulata, não tinha os cabelos lisos ou alisados e ainda tinha os dentes bem grandes causando-lhe assim certo desconforto com relação aos outros alunos tão cruéis na arte de humilhar; residia com sua irmã e uma senhora que chamava de madrinha; a terceira era a Sandra, uma menina negra, também moradora do bairro, em casa de uma madrinha e eu, que durante um ano também morei na casa de uma pessoa que dizia ser minha segunda mãe, mas eu ajudava na limpeza da casa e vivia nas dependências dos empregados, o que não acontecia com os filhos da mesma. Ou seja, tratamento diferenciado e espaços diferenciados na mesma residência.

Nesse período, quando eu iniciava a 5ª série, fluiu o hábito da leitura, eu e a Cris disputávamos para ver quem ia ler a maior quantidade de livros e ainda ganhar os prêmios oferecidos pela biblioteca da escola como forma de incentivo para aquele ano. Éramos frequentadoras assíduas daquele ambiente. Fiquei em segundo lugar, mas valeu muito a pena, principalmente por poder discutir as leituras depois com meus amigos e sair um pouco daquela tão dura realidade. Ainda me lembro do primeiro livro que me despertou o interesse pela leitura, era da série vagalume² e se chamava Éramos Seis, um romance escrito por Maria José Dupré, logo após “O Caso da Borboleta Atíria”, de Lúcia Machado de Almeida dentre outros.

² A Série Vaga-Lume é uma coleção de livros lançada pela Editora Ática a partir de 1972. As obras são principalmente voltadas para um público infanto-juvenil.

Ainda em seu livro *Tornar-se negro*, Neusa dos Santos Souza (1983) nos fala que:

A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e sua substituição pela sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva. Negros e brancos viam-se e entreviam-se através de uma ótica deformada consequente à persistência dos padrões tradicionalistas das relações sociais. O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado – dócil, submisso e útil – enquanto o branco agia com autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial (SOUZA, 1983, p. 21).

Desde os três meses de idade fui aluna semi-interna como relatado logo no início do capítulo, mas na nova escola isso acabaria para desespero de minha mãe que não gostava da ideia de saber que eu ficaria com tanto tempo livre na favela, longe de seu olhar, já que a maioria das meninas da comunidade acabava se viciando em drogas ou engravidando ainda na adolescência. A solução veio logo a seguir. Ela conhecia uma senhora que havia sido sua patroa e morava próximo ao novo colégio, então combinaram que durante a semana eu moraria com ela e, segundo acordo feito anteriormente, seria tratada como filha e ainda receberia uma mesada de meio salário.

Durante um ano morei naquela casa. No começo era só alegria, pois estava morando em um apartamento, rua asfaltada, tinha meu quarto e ainda fazia parte de uma família que me amava independentemente do tom da minha pele. Mas um fato chamou minha atenção trazendo-me de volta à realidade. Aquele povo, agora parafraseando Florestan Fernandes, tinha “preconceito de ter preconceito” (2005). As atitudes não condiziam com o discurso daquela família.

Esta família era composta por pai, mãe e um casal de filhos, ambos acadêmicos. Ela fazia o curso de Farmácia e ele Odontologia, os dois na UFF. Isto despertava em mim o sonho de um curso superior. Enquanto estive ali sentia que a menina me tratava com um carinho enorme e eu, que ainda era criança com os meus 11 anos mais ou menos, ansiava pela chegada dela. Era o momento que me sentia mais à vontade.

Um dia ela chegou com seu namorado e o caos se instaurou naquela casa, naquele momento percebi que a ação daquele povo não tinha nada a ver com o que eu imaginava. De vez em quando ouvia discussões e aquela menina andava pela casa desolada. O fato é que seu namorado era negro, o que naquele momento para mim era novidade, visto que o tom da pele dele era mais claro, ou seja, um mulato, e até então eu considerava qualquer pessoa que tivesse o tom da pele mais clara como branca. Aquela atitude me despertou; passei a notar que

eu não era uma filha, melhor dizendo, não era da família, mas uma empregada, pois quando chegava da escola, almoçava e ia arrumar a casa, lavar roupas, etc. e isso não me incomodava até aquele momento, afinal eu fazia parte do mundo deles e não custava nada ajudar, eles também estavam me fazendo um “favor”, pensava eu. Acontece que passei a perceber que a atitude daquelas pessoas, eram bem distante de seus discursos e isso me incomodou bastante, fazendo com que me sentisse ainda no período colonial com uma pequena diferença, estava sozinha e não tinha com quem dividir minhas inquietações em minha solitária senzala, no caso, meu quarto.

Muitas vezes, passando pela casa ouvia frases do tipo “Eu não quero fazer trancinha em neto” ou “Já pensou, um neto parecendo macaco?” Eles insistiram tanto que o namoro acabou. Estas coisas passaram a me angustiar, logo comecei a enxergar o que antes não via e pedi a minha mãe que me tirasse daquela casa, não conseguia mais confiar naquele povo, como podiam odiar tanto aquele rapaz por conta do tom de sua pele e me amar como diziam. Precisava ser liberta daquela situação constrangedora.

Voltando à questão dos cabelos, assunto que incomoda a maioria de nós mulheres negras desde a infância, gostaria de relatar o momento em que passei a ter autonomia sobre os meus. Enquanto estive no primário, atualmente primeiro segmento do ensino fundamental, era minha mãe que cuidava de meus cabelos e como já falei anteriormente era um desespero por causa das “musiquetas” e apelidos depreciativos que era obrigada a ouvir relacionados às tranças e penteados, que, aliás, facilitavam muito a vida dela, pois deixavam meus cabelos “arrumados” de acordo com as exigências escolares. Logo que surgiu a oportunidade de decidir o que fazer não titubeie, optei pelo henê³, pois realmente acreditava ser a melhor solução, afinal iria alisar meus cabelos e ficar mais parecido com o das minhas colegas brancas. Ledo engano, pois a textura do cabelo não permitia torná-los iguais aos cabelos lisos das meninas brancas e quando eu suava, minha cabeça exalava um cheiro tão forte que as pessoas se sentiam incomodadas e se afastavam de mim. O que achei que me aproximaria de meus colegas os afastava e gerava comentários constrangedores. Naquele momento, fui levada a crer que meu cabelo era, de fato, “ruim”, “duro” e não, que, apenas, era diferente do padrão considerado normal. Naquele momento não conseguia perceber que todos/as somos diferentes e que o cabelo é mais uma das diferenças fenotípicas e, portanto, as dicotomias: bom/ruim, feio/bonito, dentre outras, faz parte de uma ideologia e de uma construção social.

³ O henê é um produto cosmético para tratamento capilar usado para alisamento, como colorante e hidratante. Tem consistência cremosa ou em pó, cor negra ou marrom escura e um intenso odor característico.

Passado o tempo resolvi cortar todo o cabelo e deixá-lo natural, o que também não agradou muito as pessoas que diziam que eu tinha um rosto muito bonito, mas precisava cuidar de meus cabelos, já que aquele cabelo “duro”, era assim que continuavam se referindo a ele, dava um aspecto de menina largada.

Concluí todo o ensino fundamental e minha mãe disse que eu deveria fazer o curso Normal, pois já sairia com uma profissão e em minha família quase ninguém havia concluído o ensino médio. Atendendo aos apelos dela ingressei no curso Normal cheia de conflitos internos devido à trajetória escolar percorrida até ali; “aprendi que a melhor defesa era o ataque” e resolvi não me calar ante as situações de afronta que se levantavam e foi meu melhor momento na escola. Naquele lugar fiz amizades verdadeiras que duram até os dias de hoje e, como não podia deixar de ser, voltei a alisar os cabelos.

Durante todo o Curso Normal crescia em mim o desejo de ir para sala de aula e fazer diferente, ser uma professora que valorizasse cada um de meus alunos, mostrar para aquelas crianças que independentemente do tom de sua pele elas poderiam avançar sim, não eram “burras” ou sequer “feias” como a sociedade queria que elas pensassem que eram, mas não me sentia capaz, pois eu precisava acreditar em mim primeiro, para depois influenciá-las de alguma forma. Uma dificuldade, pois por mais que quisesse, ainda lá no fundo do meu coração achava que não poderia ir muito longe, que aquela batalha árdua sem orientação não me daria possibilidade nenhuma de fazer alguma coisa. O fato de eu ainda pensar nas ofensas sofridas me faziam tremer e temer, pois a questão racial não era muito discutida naquele momento e sem embasamento não dava para avançar usando somente a “achologia”, ou seja, o senso comum.

Aquela vidinha sem muita afronta também me fez esquecer quem eu realmente era até o dia em que fomos para aula prática. Em minha turma havia somente três negros eu e mais duas amigas. Quando os grupos de estágio foram divididos elas não vieram comigo. Estagiamos na própria escola que funcionava próxima a uma comunidade e a maior parte dos alunos pertencia àquela localidade. A atitude de uma das crianças me fez acordar, coisa bobá, mas que naquele momento me despertou; ela fez o desenho de todas as estagiárias e veio me mostrar dizendo “olha você aqui, tia”, começou a dar gargalhadas. Quando peguei o papel para olhar percebi que ela pegou o lápis preto para me desenhar e eu me destacava ali naquela gravura por conta da cor, mas a menina dava gargalhadas e debochava por eu ser a única negra daquele grupo. Naquele momento fiquei tão irritada e me senti pequena. Como a atitude

de uma criança ainda mexia comigo daquela forma, saí daquele lugar aos prantos, mas ciente de quem eu era: mais uma sobrevivente de um povo que, segundo a concepção da sociedade não deveria avançar, a sociedade brasileira, composta majoritariamente de negros, pois o Brasil é a maior população negra no mundo após a Nigéria, país africano.

Em 1989 concluí o curso resolvi procurar emprego e mais uma vez percebi que o fato de ser negra dificultaria bastante a minha vida profissional.

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (SOUZA, 1983, p.20).

Souza também vem nos dizer que nas sociedades multirraciais os serviços respeitáveis eram os “serviços de branco”, ser bem tratado era ser tratado como branco. Eu, sendo negra, almejava um tratamento de branco, é lógico, não queria ser humilhada. Como queria ser respeitada, ser tratada sem desdém, sem desprezo e com respeito acima de tudo, procurei estudar para me encaixar naquele hall de pessoas ditas “de bem”, já que realmente acreditava, ou era levada a acreditar, que a partir do momento em que “o conhecimento” entrasse em minha vida, o preconceito sairia trazendo uma boa colocação profissional. A partir daí, a ascensão social que não tardaria a vir, afinal tinha avançado mais do o esperado, indo além das expectativas e chegando onde muitos amigos de minha comunidade sequer sonhariam, pois concluir um segundo grau e ainda com formação de professores era utópico para nós. Pensar neste avanço naquele momento era querer ultrapassar limites impostos a nós “favelados desde sempre”. Assim, consegui vencer aquela etapa e realmente acreditei que as oportunidades chegariam rapidamente para mim, mas como nos lembra bem Neusa dos Santos Souza: “para o negro, entretanto, ser o melhor, a despeito de tudo, não lhe garante o êxito, a consecução do ideal. É que o Ideal do Ego do negro, que é em grande parte construído pelos ideais dominantes, é branco. E ser branco lhe é impossível” (SOUZA, 1983, p.40).

Para minha tristeza e angústia o fato de ter estudado um pouco mais não ajudou muito, pois ainda que eu avançasse, intelectualmente falando, o tom da minha pele não “evoluiu”, continuei negra, estava ali para quem quisesse ver. Acabei descobrindo que o fato de portar um diploma não abriria as portas com tanta facilidade conforme havia imaginado.

Conversando com uma amiga, falei da necessidade imediata de trabalho e ela me indicou a escola que trabalhava dizendo, “vá hoje, sexta-feira, pois eles precisam contratar uma professora com urgência. Eles vão colocar anúncio no jornal este fim de semana”. Corri para escola com a certeza de que seria contratada, toquei o interfone e falei qual era o assunto, mas quando a dona da escola abriu o portão e me viu não conseguiu disfarçar e disse que a vaga já estava preenchida.

O fato de ter concluído o curso normal deixava meus pais, familiares e vizinhos muito felizes, pois era uma coisa rara na comunidade, todas as vezes que se referiam a mim faziam questão de dizer que eu era professora. Acreditavam realmente que eu era uma pessoa muito inteligente, traziam todas as questões que exigiam leitura para que eu resolvesse, além de preenchimento de fichas de cadastros, inscrições etc, mas essa era a visão deles, que de alguma forma se sentiam realizados através de mim, não sendo garantia para abertura de uma porta de emprego.

Saí daquele lugar frustrada e resolvi procurar trabalho em outras áreas, ficando longe da educação até o ano de 2012, ano em que ingressei na universidade.

A sociedade que nos incentiva é a mesma que nos bloqueia quando o assunto é ascensão, já que ao negro não é dada a mesma oportunidade que ao branco e muitas vezes, ainda que desempenhem o mesmo cargo, ao negro é destinado um salário bem mais baixo.

Segundo pesquisa do IBGE, trabalhadores de cor preta ou parda ganharam, em média, muito menos do que os indivíduos de cor branca no Brasil em 2013.

A média anual do rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda (R\$ 1.374,79) continua sendo inferior à dos trabalhadores de cor branca (R\$ 2.396,74). Em 2013, comparando as médias anuais dos rendimentos dos trabalhadores de cor branca com os de cor preta ou parda, verificou-se que os trabalhadores de cor preta ou parda ganham 57,4% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. Em 2003, a relação era de 48,4%. Os dados mostram que esta relação se alterou desde o início da série da pesquisa, dado que a média anual do rendimento médio mensal real dos trabalhadores de cor branca, em 2013, cresceu 27,8%, em comparação a 2003, enquanto a média anual dos trabalhadores de cor preta ou parda, no mesmo período, subiu 51,4% (IBGE, 2013 p. 254).

Mesmo com minha formação sabia que algumas profissões não estariam disponíveis para mim, pois nossa sociedade acredita realmente que o negro não pode exercer habilidades que não exijam esforço físico. Ainda se tem ideia de que ao negro estão destinados trabalhos

braçais. Tal fato, além de comprovado em dados estatísticos, se evidencia cotidianamente, assim, trago uma experiência bem recente.

Um episódio recente pode aqui ser trazido, pois nos ajuda a refletir sobre esta questão. No início do ano de 2015 fui encontrar uma amiga e cliente que atendia desde o tempo em que trabalhava no escritório de um banco. Ela me deu uma carona, pois eu estava indo para a faculdade um pouco atrasada. No meio do caminho encontramos sua filha e logo fui apresentada à moça. Interessante que quando a mãe lhe disse o meu nome ela logo falou: “Oi Janaína, tudo bem? Quanto você está cobrando a faxina?” Fiquei sem ação e somente dei um sorriso. A mãe, muito sem graça, começou a explicar que eu não era faxineira, mas sim, que tinha sido representante de um banco e corretora dela há alguns anos.

Este episódio me trouxe à lembrança outro, de quando trabalhava em uma madeireira e era responsável pelo escritório tendo contato com pessoas de todo país, principalmente da região Sul. Como as pessoas só me contatavam por telefone, quando vinham ao Rio queriam logo me conhecer. Interessante que era nítido o ar de decepção quando me encontravam. Alguns chegavam a externar: “Te imaginei totalmente diferente”. E foi assim que vi o ar de decepção daquela moça ao descobrir que eu não era faxineira. Provavelmente, ela estaria precisando de uma “faxineira” em sua casa e, “naturalmente” eu poderia ser a solução para ela, tendo em vista que os lugares sociais reservados aos negros em nossa sociedade são aqueles em que a força física é exigida, como nos diz Neusa Santos Souza: “Resquício do período escravista, em que o negro era a “besta de carga” sua decantada resistência física está associada a um destino mítico que lhe garante a necessária competência para as tarefas árduas” (SOUZA, 1983, p.31).

Acredito que o fato de os livros didáticos abordarem a participação do negro somente como escravo, na formação de nossa história, dificulte a sociedade desvincular esta ideia atribuindo ao negro toda tarefa que requer força negando a estes até o direito à diversão.

Lembrando que, como já vem ressaltado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nesta perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades, que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia. É

preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas. (BRASIL, 2004, p.17).

Voltando às minhas memórias, lembro-me que quando saí da “tal escola”, a primeira “porta fechada em minha cara”, resolvi não procurar mais emprego em empresas, tinha receio de reviver toda aquela história de racismo que me acompanhou a vida inteira. Fui buscar uma vaga de empregada doméstica.

Meu primo trabalhava em uma empresa cujo patrão precisava de uma ajudante para sua esposa que estava grávida do segundo filho, então, desisti do meu diploma do curso normal e fui trabalhar, ainda que contrariada, na casa dele. Nunca gostei de arrumar casa, mas precisava muito de dinheiro, afinal já estava com dezoito anos e tinha concluído meu ensino médio, não podia ficar dependendo dos meus pais para sobreviver e os currículos que distribuía pelas empresas, que naquele momento não entendia muito bem o motivo, tinham que ser enviados com foto e eu nunca era chamada. Lembro que papai tinha o hábito de dizer, “não coloquei seu nome de Maria porque é nome de empregada de madame, coisa que você nunca vai ser”. E isso me causava um incomodo maior, ainda assim passei um ano trabalhando nesta casa até que veio o aniversário do bebê e fui convidada para a tal festa, me achei muito importante, afinal iria como convidada e poderia me divertir como todos.

Passei a festa rindo, brincando, interagindo e me divertindo como todos ali. Na segunda-feira quando cheguei para trabalhar a patroa estava me olhando de forma diferente, mas não dei muita importância, não havia o que temer, por isso, continuei a trabalhar normalmente. No final daquele dia ela me chamou para conversar e disse que seus amigos haviam ficado chocados com a minha atitude, afinal eu estava participando da festa ao invés de estar servindo os convidados. Naquele momento percebi que o racismo não era uma questão de ambiente, mas de pessoas, meus olhos marejados se abriram e notei que o olhar daquele povo era um olhar colonial, o mesmo dos livros que na escola manuseei, tinham a convicção que uma negra não poderia estar entre eles se não fosse para servi-los. Pedi as contas logo em seguida e fui buscar outros rumos.

Saindo do emprego anterior trabalhei em outra residência e acabei também “pedindo as contas”. Tudo que sumia a dona da casa antes de procurar fazia questão de insinuar que eu teria que dar conta, o que me incomodava bastante. Um dia ela guardou um dinheiro e ficou o durante toda a manhã me rondando e dizendo que aquele dinheiro tinha que aparecer que não

era possível, só nós estávamos em casa e o dinheiro havia sumido, que havia trabalhado outra pessoa lá e havia roubado o apartamento delas; me torturou durante toda a manhã. Lembro que de vez em quando eu ia ao banheiro chorar, lavava o rosto e voltava. Foi uma manhã de tortura. Ela acabou encontrando o dinheiro, pediu desculpas, mas por mais que eu precisasse trabalhar não tinha necessidade de ser chamada de ladra e passar por momentos como aquele.

Em seu artigo *Raça como negociação – sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil*, Lilia Moritz Schwarcz nos dá o exemplo da antropologia criminal, cujo pensador de maior eminência, Cesare Lombroso, afirmava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento detectável nas diferentes sociedades, reforçando a ideia de que o caráter do indivíduo deve ser medido por sua origem e/ou tipo físico. Ainda no século XXI esta ideia se propaga e podemos ver através de atitudes, já que as pessoas olham para sua aparência e já dão o diagnóstico a seu respeito.

...É uma confusão, sob muitos aspectos, farisaica pretender que o negro e o mulato contem com a igualdade de oportunidades diante do branco, em termos de renda, de prestígio social e de poder.

O padrão brasileiro de relação social, ainda hoje dominante, foi construído por uma sociedade escravista, ou seja, para manter o ‘negro’ sob a sujeição do ‘branco’. Enquanto esse padrão de relação social não for abolido, a distância econômica, social e política entre o ‘negro’ e o ‘branco’ será grande, embora tal coisa não seja reconhecida de modo aberto, honesto e explícito (FERNANDES, 2006 p 172).

Até aquele momento as oportunidades não chegavam e eu tinha a necessidade de continuar buscando, pois não podia ficar sem trabalhar, ainda que nossa sociedade escravista insistisse em me manter em suas rédeas havia em mim o sonho da ascensão. Saí daquela casa e fui indicada por um amigo para uma entrevista de trabalho na casa do dono de uma madeireira. Em meio à conversa ele disse que não me colocaria na casa dele por me achar muito inteligente sendo um desperdício não me aproveitar em outra área.

Levei mais ou menos oito anos trabalhando em sua loja, resolvi fazer um novo ensino médio por achar que meu curso normal não daria conta de um vestibular, sonho que estava adormecido, mas não morto.

4- **Minha construção identitária e a formação da professora negra que quero ser**

Muito cruel, mas o racismo deixou marcas profundas em minha vida obrigando-me, muitas vezes, a ser agressiva ao me defender ou defender uma ideia. Em alguns momentos tive que gritar para me fazer entender, mas hoje, com um maior embasamento teórico as minhas palavras falam mais alto que o tom da minha voz. Quero de alguma forma colocar em prática algumas ideias surgidas desde a minha primeira formação e que ficaram adormecidas por um tempo; quero poder junto com meus alunos discutir acerca das diferenças que nos constituem como sujeitos, bem como refletir sobre as relações étnico-raciais em nossa sociedade, buscando novos caminhos e novas histórias mais potentes, porque afirmadas em suas diferenças. Realmente necessito fazer diferente e despertar em meus alunos o desejo de se manterem de pé, não parando no meio do caminho como muitas vezes fui convidada a fazer e fiz.

Passei algum tempo tentando enfrentar esse gigante chamado vestibular, mas havia um bloqueio, um muro invisível, quase que intransponível criado entre mim e a universidade. Durante alguns anos fiz algumas provas para ingressar no tão sonhado terceiro grau, chegando a passar na primeira fase do vestibular, mas creio que algo “não dito”, dizia que não era para mim. Logo eu? Uma favelada, negra, “considerada” burra, pelas avaliações externas, dentre outros adjetivos adquiridos ao longo de minha vida, óbvio que não poderia conseguir. Então, quando chegava o momento, sempre acontecia algo diferente para que eu não participasse da segunda fase; passava mal, perdia a hora e cheguei até mesmo a esquecer do dia da prova. Às vezes, indagava o porquê disso tudo.

Ainda que se passassem anos seria difícil apagar da memória as marcas deixadas do racismo carimbadas em minha alma.

Um dia encontrei uma amiga que me disse, por que você criou esta barreira entre você e a universidade? Você é muito inteligente, rompe isso, vá fazer o vestibular e entre logo na faculdade. Chegara o momento. O “não” eu já ouvira a vida toda. Era o momento de buscar o “sim” e fazer diferente, pois assim como eu, muitos precisam rejeitar toda essa opressão e acreditar que podemos alçar voos mais altos.

Já na universidade descobri que não seria tão simples como imaginei. Ingressei na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/ UERJ, aos 40 anos, com os olhos brilhando e coração que não cabia no peito, afinal estava realizando um sonho de infância e minha única tristeza naquele momento era meus pais não estarem vivos para vibrar comigo. No decorrer do curso, em alguns momentos, parecia que eu

estava lá nos bancos da escola, já que encontrei atitudes que, se não são parecidas, são idênticas às vividas na infância e adolescência.

Preciso registrar esta história ocorrida dentro da universidade e que acabou me levando a tomar uma atitude radical.

Estávamos reunidas no Centro Acadêmico de Pedagogia: eu e algumas colegas de turma e o assunto abordado naquele momento era “cabelo”. Uma de nossas colegas estava radiante, pois havia abandonado a química e assumido seus belos cachos. No meio da conversa chega outra aluna que elogia os cachos da colega e diz que havia desistido dos seus e estava usando henê, já que manter os cabelos naturais dava trabalho. Resolvi dar minha opinião, pois já havia utilizado o produto e achava mais trabalhoso que deixar natural. Minha surpresa foi com a resposta da colega que imediatamente me disse: “meu cabelo não é duro é da textura do dela”. Chateada, logo respondi, mas meu cabelo não é duro, pode colocar a mão, duro é pau, duro é pedra, meu cabelo não. Na mesma hora ela gritou: “aqui, você é muito preconceituosa, eu não sou obrigada a concordar com você”. Naquele momento não quis mais argumentar, pois fiquei triste de ter que ouvir isto de uma pessoa que vai para dentro de uma sala de aula viver este tipo de questão com esta postura. Daquele momento em diante resolvi assumir meus cabelos naturais e passei a máquina em todo vestígio de química que ainda existia em minha cabeça.

Quando ingressei no curso já sabia que tema abordaria em minha monografia, mas fui encontrando resistência de todos os lados, já que o assunto causava inquietações e as pessoas me aconselhavam a fechar os olhos para o que acontecia ao meu redor, dizendo que as coisas só nos incomodariam se nós déssemos valor a elas, ou seja, acredita-se que não falando em racismo, ele desaparece. Mero discurso para invisibilizar o que sentimos na pele. Assim, eu queria pesquisar sobre a temática e olhando o quadro de disciplinas eletivas descobri uma que chamou minha atenção, *Relações Raciais e Educação*⁴.

O primeiro dia de aula foi dolorido, pois a professora, hoje minha orientadora, Regina de Jesus, nos pediu para falar o porquê da escolha da disciplina. Naquele instante como em um filme começou a passar em minha mente diversas situações desconfortáveis e não conseguia parar de chorar, assim que acabei de relatar parte da minha história levantei a cabeça e vi parte da turma chorando comigo.

A partir daí, iniciei meus estudos, para além do conteúdo trabalhado na disciplina. Pesquisei bastante passando a entender algumas atitudes que tinham um fundamento histórico

⁴ *Relações Raciais e Educação* é uma disciplina eletiva universal, oferecida pelo Departamento de Educação da faculdade de Formação de Professores da UERJ.

e ideológico, até então desconhecido por mim, o que tem me ajudado bastante não só na minha vida profissional, na minha prática pedagógica, mas na minha vida pessoal e familiar, no relacionamento com meus filhos.

Ao término da disciplina solicitei à professora meu ingresso na pesquisa “Compartilhando Experiências – Possibilidades para implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses”, sob sua orientação. Desde então, participo como bolsista voluntária.

A pesquisa objetiva aliar as dimensões de ensino-extensão e buscar, coletivamente, “conhecimentos” que possibilitem aos profissionais da educação compreender e interferir na imagem deturpada e história negada da população negra no sistema de ensino.

Como bolsista, tenho participado das ações da pesquisa, a realização de oficinas pedagógicas, participação em reuniões e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Meu primeiro desafio foi apresentar um pôster⁵ no VI CIPA – Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)biográfica, no ano de 2014, intitulado: “Narrativas de docentes da rede pública: caminhos para a implementação da lei 10.639/03 em São Gonçalo”, mas neste trabalho, estava acompanhada pela bolsista Gracyelle, tanto para a escrita quanto para a apresentação.

Neste ano de 2015, apresentei, como autora, o trabalho “Narrativas de docentes da rede pública: caminhos para a implementação da lei 10.639/03 em São Gonçalo”, no VIII Seminário Internacional “As redes educativas e as tecnologias: movimentos sociais e educação”, ambos realizados na UERJ, Maracanã.

Foi um susto muito grande quando minha orientadora disse que eu poderia escrever um artigo autoral, embasado na pesquisa por ela orientada. Mesmo diante das dificuldades, consegui e, quando terminei de apresentar e vi as pessoas se dirigindo a mim e parabenizando pela apresentação senti que poderia avançar.

A permanência na pesquisa tem me proporcionado ampliar conhecimentos sobre a temática, levando-me a conhecer uma Literatura Infantil protagonizada por personagens negras. Esta possibilita o empoderamento⁶ de crianças e jovens que até então não se viam

⁵ Pôster apresentado por mim, coautora do trabalho e por Gracyelle Silva da Costa, autora e também bolsista voluntária da pesquisa “Compartilhando Experiências – Possibilidades para implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses”.

⁶ **Empoderamento ou Empowerment**, em inglês, significa uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma realidade em que se encontra. O empoderamento possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para a superação da dependência social e dominação política. O empoderamento devolve

representados de forma positiva nas obras literárias: príncipes, princesas e pessoas comuns que não são apresentadas somente como trabalhadores braçais me ajudando no momento da prática de aula, rompendo com paradigmas e apresentando novas histórias onde as crianças se sentiam representadas.

Assim, ao cursar a disciplina obrigatória Estágio Supervisionado I, também ministrada pela professora Regina de Jesus, que consiste em um trabalho de investigação-intervenção em uma escola de Educação Infantil gonçalense, eu e minha equipe não tivemos dúvida, trabalhamos com Literatura Infantil protagonizada por personagens negras.

O trabalho consistiu em abordar a quebra do padrão europeu como personagem central da história do nosso país e dos livros didáticos em que a figura do negro, em sua maioria, é ligada ao folclore, ou então omitida. Os livros escolhidos introduziram a questão da diversidade racial com várias abordagens, hora através da cultura, hora através dos cabelos dentre outras situações e/ou vivências o que nos viabilizou abarcar a sugestão do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico-raciais e Para Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana no que tange à Educação infantil que diz:

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileiras (BRASIL, 2009 p.49).

O trabalho, realizado na E. M. Jardim de Infância Menino Jesus⁷ foi uma experiência significativa para minha formação docente, constituindo-se como um elemento rico e importante que pode evidenciar no contexto de sala de aula a relação dialética entre teoria e a prática.

Durante o período em que estagiamos na Educação Infantil resolvemos, em acordo com a professora regente, abordar a temática relação étnico-racial, pois, além de nosso interesse e proposta, segundo a professora este seria um tema em pauta. A princípio sem saber

poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania, e principalmente a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro.

⁷ Escola Municipal Jardim de Infância Menino Jesus, localizada no Bairro Zé Garoto, em São Gonçalo, possui uma infraestrutura voltada à educação inclusiva e acessibilidade, com rampas para locomoção dos alunos com necessidades especiais, sala de recursos para melhor explorar e desenvolver os conhecimentos dos educandos, salas amplas, com um vasto material didático, como literaturas infantis, jogos didáticos, caixas com brinquedos, os banheiros com vasos sanitários e pias para a faixa etária dos alunos, assim como os bebedouros apropriados.

de que forma começar, já que as crianças eram bem pequenas e queríamos que elas participassem forma interativa.

A Lei 10639/03 que busca a valorização e conhecimento da História da África e da cultura afro-brasileira e africana na Educação básica e em outros espaços e este foi o ponto de partida na elaboração do projeto.

O Projeto intitulado: Consciência negra, pressupôs um trabalho com oficinas pedagógicas junto às crianças da Turma Amarela⁸, tendo como metodologia de trabalho a contação de histórias infantis protagonizadas por personagens negras e, como desdobramento deste trabalho, uma atividade pedagógica, condizente com a temática do livro.

Utilizamos três livros para contação de histórias que aconteceram em três encontros. Realizamos as oficinas logo após cada leitura⁹.

No primeiro encontro utilizamos o livro “Entremeio sem babado”, escrito por Patrícia Santana e ilustrado por Marcial Ávila, da editora Mazza.

O livro narra a história de “uma menina, menininha” que andava toda enfeitada com sua roupa rosa da fita do cabelo, que vivia trançado, aos sapatos. Curiosa que só, Kizzy era seu nome, sempre perto das rodas de conversa da família ela não deixava passar nada, perguntava tudo ao ponto de tirar as pessoas do sério. Um dia, em uma conversa com sua avó, a menina descobre que pessoas perguntadeiras como ela tinham um nome, “Entremeios Sem babados”. Kizzy ficou tão invocada com isso que resolveu não perguntar mais nada a ninguém, mas não se conteve e recomeçou suas participações nas conversas da família. Ela chegou à conclusão de que foi através das perguntas que aprendeu muita coisa, logo não deveria parar de perguntar; nesta nova investida acabou aprendendo o significado do seu nome e a origem de sua família. A história nos forneceu a oportunidades para trabalharmos o tema da raça e identidade abordado por Nilma Lino Gomes em alguns de seus artigos.

Logo após a história foi realizada uma conversa com as crianças sobre o significado de seus nomes, trabalhando assim a temática identidade. A proposta a seguir foi que eles se desenhasssem utilizando lápis de cor, tecidos, lãs, cola e tesoura. Trabalhamos com várias cores de lã, mas as crianças, principalmente as meninas, só queriam utilizar lã rosa para os

⁸ A escola nomeia as turmas por cores, a turma com a qual trabalhamos foi a Turma Amarela alunos do Primeiro Período, da Educação Infantil.

⁹ Oficinas realizadas durante a disciplina de Estágio Supervisionado I, pelos alunos do Curso de Pedagogia, da FFP/UERJ: Chaianne Fidelis, Janaina Venancio, Rodrigo França e Simone Félix, sob a supervisão da professora Regina de Fatima Jesus.

cabelos. Achemos pertinente a história de Kizzi, pois mostra a criança negra de forma positiva e não com estereótipos criados tipo “negro sujo” ou em posição inferior.

No segundo encontro utilizamos o livro “Princesa Arabela, mimada que só ela!”, escrito e ilustrado por Mylo Freeman, da editora Ática.

Arabela era uma princesa negra que tinha de tudo. No dia do seu aniversário seus pais muito preocupados com o que dariam a princesa, já que nada era novidade para ela resolveram indagar-lhe, descobrindo assim qual seria o seu desejo. Grande foi o espanto deles quando descobriram que Arabela desejava uma coisa não muito comum. Nada que se comprasse em qualquer loja e fosse embrulhado em uma caixa e/ou papel de presente, mas precisava ser caçado. Demorou um pouco, mas os súditos do rei conseguiram trazer seu presente, um elefante.

Arabela ficou muito feliz com o novo amigo, mas ele não parava de chorar pedindo para voltar para casa, mas havia uma condição, ela deveria voltar com ele. Quando chegou a casa do elefante sua filha já o aguardava, pois também havia pedido um presente a sua mãe, ela queria uma princesa.

Procuramos trabalhar nesta oficina um pouco da amizade, através do bate-papo e foram surgindo várias falas. Uma das crianças disse, “tia, eu tenho um dinossauro”. A outra disse que tinha um cachorro e foram surgindo vários bichos.

Conseguimos apresentar as crianças uma princesa negra, assim como parte da turma, o que para elas não é muito comum, visto que na maioria das vezes escutam e/ou assistem histórias em que as princesas são brancas.

Concluimos a oficina deste dia com a construção de um quadro coletivo pintado com tinta guache que deixamos de presente para a professora da turma.

Para o terceiro encontro escolhemos o livro “Betina”, escrito por Nilma Lino Gomes e ilustrado por Denise Nascimento, da editora Mazza.

Betina é uma menina negra de cabelos crespos que amava sua avó e viveram momentos de cumplicidade, gargalhadas confissões e aprendizados da sua infância até a fase adulta. Toda semana sua avó trançava seus cabelos e estes momentos eram únicos, na escola todos admiravam Betina, pois cada semana estava com um penteado diferente.

A menina foi crescendo e um dia sua avó resolveu ensinar-lhe a trançar. Betina aprendeu rápido e logo já estava trançando o cabelo de toda família, inclusive de sua avó. Esta trajetória gerou para Betina uma profissão e ela acabou abrindo um salão, uma oficina de tranças, e devido ao sucesso ela foi chamada a escola do bairro para dar uma palestra sobre o assunto.

Neste último dia de oficina, realizamos uma apresentação em forma de teatro, pois enquanto eu e Rodrigo contávamos a história, Chaiane e Simone se caracterizaram de Betina e sua avó, e as crianças gostaram tanto que não conseguiam tirar os olhos das personagens. Ao término da apresentação, continuamos as atividades com uma oficina de cabelos com as crianças, causando aquele alvoroço gerado pelo assunto cabelo. As meninas amarravam faixas e trançaram em seus cabelos, os meninos queriam pentear os cabelos em forma de moicano e algumas falas foram surgindo no decorrer da oficina. Um dos meninos gritou para Rodrigo, nosso colega de turma, que neste momento estava auxiliando os meninos, “Tio, o cabelo dele não dá para fazer moicano não porque é duro”. Neste momento, Rodrigo, meio sem saber o que dizer, contorna a situação dizendo: “O cabelo dele é parecido com o do tio, veja só, podemos fazer nele também”. Com isso conferimos o que diz Nilma Lino Gomes em seu artigo Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão, quando aborda o fato que o preconceito não é inato e sim que “podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto” (Relatório Final de Estágio Supervisionado I, 2005, p. 55).

A participação dos alunos nesta oficina foi de forma envolvente, pois acreditamos que o cuidar, o respeitar, o toque, é muito importante, já que o “toque” nos cabelos, no corpo, despertava um sentimento de satisfação e confiança.

Seguem imagens de trabalhos dos alunos do Pré I, entre 4 e 5anos, retratando suas identidades, após contação de histórias sobre princesas e crianças negras, relacionamento familiar, identidade, valores referenciados pela ancestralidade africana, culminando com a oficina de tranças realizada no último dia de Estágio Supervisionado I - Educação Infantil.



Como as dimensões pessoais e pedagógicas se entrelaçam, experiências pessoais, no âmbito familiar e experiências vivenciadas nos cotidianos escolares dialogam entre si. Assim, no início do ano aconteceu um fato que me chocou e fez com que eu refletisse um pouco mais sobre a importância da valorização da criança não só na escola, mas em casa, pois o tempo todo a criança negra é levada à construção de uma baixa autoestima. No meu caso, falo sobre uma experiência e me coloco como mãe de quatro filhos: Vinicio, hoje com 23 anos, nosso

marinheiro e futuro biólogo, sobrinho do meu marido, que trouxemos para morar conosco aos 13, já que sua mãe estava doente, seu irmão havia sido preso e seu pai assassinado e ele, por sua vez, aos poucos, ia desistindo da escola para trabalhar; Wellington, com 21 anos; Janine com 11 e Tamiris com 7. Tenho o hábito de observar muito o que se passa ao redor, temendo que meus filhos vivenciem experiências negativas e cruéis tal qual eu vivenciei. Cuidando para que se desviem destas quando possível e sejam fortalecidos em suas caminhadas.

Fato é que minha filha chegou em casa toda feliz com o caderno de desenhos do ano anterior e veio me mostrar. “Olha mãe, meu caderno do prezinho, que a tia me entregou”. Como sempre, fui folheá-lo, pois gosto de incentivá-la a continuar produzindo. Para minha surpresa nas últimas duas folhas surgem desenhos representando uma mulher e duas crianças negras. O que deveria me causar alegria me chocou. As figuras vinham com palha de aço representando seus cabelos. Minha filha tem uma dificuldade muito grande de aceitação com relação aos cabelos, chegando ao ponto de só ir à escola com eles presos, já que as crianças a chamam de “cabelo duro” ou “cabelo de Bombril”. Obviamente, o que minha filha sente é o que sentem as crianças negras, o tratamento que recebe e os termos pejorativos em relação ao cabelo, também não é algo isolado, tendo em vista que, costumeiramente, é assim que são tratadas as meninas negras.

No entanto, a imagem de meninas negras com a colagem de “palha de aço” na cabeça só poderia me causar indignação. Minha filha não percebeu. Quantas crianças não percebem e vão internalizando uma imagem negativa de si mesmas e reforçando a ideia de que tem cabelos duros que parecem palha de aço.



Minha indignação deve-se ao fato de esperarmos de uma professora que se propõe trabalhar com a diversidade ações que “amenizem” o racismo e não que o fortaleçam.

É importante que as famílias acompanhem de perto o que acontece na vida escolar dos filhos para que certas atitudes não passem despercebidas. Fui conversar com a diretora, pois atitudes como essas merecem ser revistas. Como queria que a professora de minha filha tivesse participado de uma de nossas oficinas da pesquisa.

As oficinas pedagógicas realizadas pela pesquisa “Compartilhando Experiências – Possibilidades para implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses voltam-se para professores da rede e acontecem não somente na FFP – UERJ, mas também em outros espaços de formação, como é o caso do Instituto de Educação Clélia Nanci, com oficinas voltadas às turmas de formação de professores.

As oficinas pedagógicas são referenciadas pelos valores civilizatórios afro-brasileiros (TRINDADE, 2005) e planejadas para acontecer em três momentos: no primeiro momento, pensamos uma dinâmica de apresentação dos participantes por meio da oralidade; o segundo momento é de problematização da realidade de racismo na sociedade brasileira e nos cotidianos escolares e o terceiro momento de cada oficina é reservado à escrita de propostas pedagógicas que possam subsidiar o trabalho com a lei 10.639/03. As atividades são gravadas em áudio e vídeo para futura transcrição.

O material das oficinas, transcrição das narrativas orais, é trabalhado pela equipe – pesquisadora e bolsistas e após a busca por compreender as experiências e práticas compartilhadas, as narrativas são organizadas em eixos temáticos, a fim de facilitar a reflexão teórica das mesmas: Negritude e Autoimagem afirmativa; Imagem do negro na sociedade; Racismo na sociedade; Racismo no cotidiano escolar; Negação/ Afirmção da ancestralidade africana; Negligência (ou não) com temas afro-brasileiros e africanos; Religiosidade e Valores Civilizatórios Afro-brasileiros; Mito da democracia racial; Ideologia do branqueamento; Dificuldade de trabalhar com a temática “Relações Étnico-raciais e Educação”; “Microações afirmativas” – As Práticas Pedagógicas Antirracistas; Ausência de ações das instituições escolares e secretarias de educação em função da legislação.

Há ainda a produção de uma apostila pedagógica, fruto do terceiro momento da oficina, que é quando os/as participantes se reúnem em grupos pequenos e, de forma interdisciplinar, planejam atividades pedagógicas, de acordo com suas realidades:

Há uma apostila sendo construída e as propostas podem ser revisitadas, modificadas, ampliadas, complexificadas por cada um/uma dos/as participantes, que posteriormente a cada oficina pedagógica, recebe as mesmas pelo correio eletrônico. O material é coletivo e co-construído desta forma, portanto, a autoria é solidária e

compartilhada. Pretendemos que ao final de todo esse processo de pesquisa, que se encerra (mesmo que temporariamente), no primeiro semestre de 2013, tenhamos material para um Caderno Pedagógico proposto pelos/as participantes desta pesquisa-ação. Um Caderno pedagógico que não seja manual ou receita de como e do quê fazer, mas que possa ser semente de novas práticas referenciadas pela realidade gonçalense (JESUS, 2013, p. 70).

O intuito é não dissociar prática-teoria-prática, pois se compreende que toda prática traz consigo uma teoria que a alicerça e temos recorrido a novos referenciais teóricos para melhor entender as práticas narradas no sentido de voltar às mesmas em busca de mudanças efetivas. São muitas as temáticas emergentes das narrativas dos/as professores/as participantes da pesquisa no decorrer de todo o processo pesquisa-ação/ investigação. Nossa proposição é compreender e interpretá-la e ao mesmo tempo estabelecer um diálogo que vai em direção as dificuldades e aos mecanismos que impedem/bloqueiam a implementação da Lei 10.639/03 (COSTA; SILVA, 2014).

Segundo Nilma L. Gomes, é preciso discutir a questão racial, pois só assim desmistificaremos o racismo e superaremos a discriminação racial.

Por isso é preciso falar sobre a questão racial, desmistificar o racismo, superar a discriminação racial. Diferentemente do que alguns pensam, quando discutimos publicamente o racismo não estamos acirrando o conflito entre os diferentes grupos étnico/raciais. Na realidade é o silenciamento sobre essa questão, que mais reforça a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial (GOMES, 2012, p. 51).

A escola é um ambiente importante para esta discussão, visto que na maioria das vezes a África, as culturas de matriz afro-brasileira e negros/as na escola, além da escravidão, quase nada é visto e/ou discutido.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana buscam:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p.14/15).

Levei um tempo para acreditar em mim, aliás, muitos anos, mas na universidade, lugar que durante um tempo achei que não era para alguém com meu perfil – mulher negra de classe popular, encontrei pessoas que me disseram que era possível ir adiante. Encontrei Regina, hoje minha orientadora, que não me deixou desistir em momento algum. Quando o medo insistia em dizer que eu deveria parar ela sempre vinha com uma palavra de ânimo dizendo para continuar.

Nunca deixei de relatar o desejo de externar várias situações vivenciadas e pesquisar sobre elas, mas minha orientadora, Regina de Jesus¹⁰, muito me alegrou quando disse que era possível, após apresentação de um trabalho acadêmico¹¹, na UERJ Maracanã.

“Querida Janaina Venancio, o mérito é seu e eu estou muito feliz com seu processo de crescimento. Quando você chegava narrando sua história, repetidas vezes trazendo relatos de racismo no cotidiano, não poderia fechar meus ouvidos. Trabalhando com experiência há tanto tempo no cotidiano escolar, na caminhada acadêmica, precisava estar atenta a sua voz: "esteja à escuta, se diz na velha África" (Amadou Hampaté Bâ)... por isso a proposta de que você faça uma pesquisa autobiográfica. Sua história é rica e muitos vão poder aprender com ela e se potencializar” (mensagem em rede social).

¹⁰ Regina de Fatima de Jesus é professora Adjunta do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (PPGedu/FFP); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Vozes da Educação: “Vozes da Educação: Memória(s), História(s) e Formação de Professores” e membro do GT 21 da Anped: Educação e Relações Étnico-Raciais;

¹¹ VIII Seminário Internacional – As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação. (2015, Faculdade de Educação/UERJ • Rio de Janeiro)

5- Se a sociedade racista me considera diferente, quero fazer a diferença para meus alunos e alunas

A verdade é que meu maior desejo é fazer a diferença enquanto educadora, ir para além do tradicional acreditando naqueles que já chegam à sala de aula desacreditados, ajudando-os a sair da condição de oprimidos.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação reflete a sua situação no mundo em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto (FREIRE, 1987, p.49).

Confesso que gente ainda me assusta um pouco, mas a partir do momento que avanço em conhecimento, seja da minha história, seja dos meus direitos e até mesmo dos meus deveres enquanto cidadã e professora formadora de opinião sim, mas aberta a novas histórias, que sabe ouvir e tenta se colocar no lugar outro, sabendo que aprendemos muito mais do que ensinamos, sigo em frente construindo uma nova história, não só para mim, mas para aqueles que me rodeiam, melhor dizendo, construindo novas histórias.

Gostaria de relatar uma experiência que vivi na disciplina de Estágio II ministrada pela professora Alexandra Garcia¹², no 7º período que reforçou ainda mais esse desejo de fazer diferente e de fazer a diferença em minha prática pedagógica.

Foi um período atípico, pois apesar de estar inscrita na parte da manhã, tivemos, eu e mais uma colega, que ministraram nossa aula prática à tarde, longe do restante da turma, por conta de um estado de greve vivido no município de São Gonçalo naquele momento.

Nosso estágio foi em uma turma de 3º ano na Escola Municipal Luiz Gonzaga, localizada na Rua Toledo Piza, S/N, no bairro São Miguel do município de São Gonçalo. Conversando com a professora regente decidimos fazer uma contação de história e logo após as crianças recontariam ilustrando o novo conto, gerando assim um livro construído por eles.

Durante as oficinas foram surgindo algumas questões e em meio a estas questões, uma que acabou chamando um pouco mais minha atenção. Um menino fez um desenho do

¹² Alexandra Garcia Ferreira Lima é Professora Adjunta do Departamento de Educação da FFP-UERJ; professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (PPGedu/FFP). Procientista (UERJ). Atua na área de Educação, com ênfase em Currículo e Cotidiano e Formação de Professores, principalmente nos seguintes temas: formação de professores, pesquisa, cotidiano, currículo e cultura.

Saci Perere¹³ e começou a mexer com uma menina da sala dizendo que parecia com ela. Isso gerou um desconforto e a menina veio a mim dizendo, “tia, olha o Davi, ele está sempre implicando comigo, me chama de macaca e vive me chateando”. Fiquei meio sem saber o que fazer na hora, senti-me insegura, mas logo a seguir as outras crianças também começaram a falar e não teve jeito, não dava para fingir que nada estava acontecendo. Este fato gerou uma mesa redonda onde cada um se expôs. Foi prazeroso ver como aquelas crianças se colocavam a noção de respeito ao próximo e valorização. O assunto tomou uma proporção tão grande que quando a aula chegou ao fim todos queriam mais.

Começamos a conversar sobre diversidade em um país tão miscigenado e a necessidade de respeitarmos as diferenças, pois afinal não somos todos iguais como costumam dizer por aí, mas nos completamos em meio às diferenças. Na sala havia uma menina com características mais masculinas que também era excluída e atacada pelos colegas, ela começou a falar de como se sentia com relação a atitude de seus colegas. No decorrer do debate as crianças foram se descobrindo e aconteceu até pedido de desculpas sem que eu precisasse intervir.

Fato é que a situação vivida no estágio me levou a várias discussões relatadas durante as reuniões da pesquisa, a disciplina de Relações Raciais na Educação, além de alguns textos analisados durante o período de minha formação. Segundo Jesus (2013), as práticas pedagógicas evidenciam pequenas ações cotidianas que podem ser consideradas microações afirmativas, transgressoras da ordem imposta. Seria pretencioso de minha parte achar que um dia de estágio proporcionaria grandes mudanças, mas não poderia deixar de ter uma escuta atenta naquele momento ignorando o apelo evidente daquelas crianças. É esta mesma sensibilidade que pretendo ter, pois realmente acredito que as microações afirmativas¹⁴ fazem uma grande diferença no ambiente escolar.

¹³ A lenda do Saci é uma das mais difundidas no Brasil, segundo muitos autores, o Saci é um menino travesso de cor negra que possui apenas uma perna, usa uma carapuça ou gorro vermelho na cabeça e fica o tempo todo fumando cachimbo, costuma correr atrás dos animais para afugentá-los, gosta de montar em cavalos e dar nó em suas crinas. O Saci Perere pode também aparecer e desaparecer misteriosamente, é muito irrequieto e não para um instante sequer, pois fica pulando de um lugar para outro e toda vez que apronta as suas travessuras, ele dá risadas alegres e agudas e gosta de assobiar principalmente quando não existem as noites de luar. Ao Saci Perere são atribuídas às coisas que dá errado, ele entra nas casas e apaga o fogo, faz queimar as comidas das panelas, seca a água das vasilhas, dá muito trabalho às pessoas escondendo os objetos que dificilmente serão encontrados novamente, seu principal divertimento é atrapalhar as pessoas para se perderem (Blog Só histórias, 2009) <http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/saci/>.

¹⁴ Micro-ações afirmativas - As micro-ações afirmativas são consideradas práticas pedagógicas de caráter antirracista, muitas vezes instituintes, desenvolvidas por professores/as comprometidos/as com a superação do racismo nas instituições escolares, ou seja, no espaço micro – o cotidiano escolar (JESUS, 2012).

Ao colocarmos em diálogo a noção de microação afirmativa com o conceito de ação afirmativa, percebemos que estas, para serem consideradas afirmativas, devem ser ações que têm sua continuidade e sistematicidade, pois visam superar a realidade de racismo e transformar relações étnicoraciais no cotidiano escolar. São práticas pedagógicas que fazem parte de uma práxis do (a) professor (a) de interferência cotidiana contínua, ou seja, as ações, decorrem da escuta e observação do (a) professor ao que este microespaço tem a dizer por meio de seus sujeitos cotidianos e de comprometimento com a superação do racismo (JESUS, 2011, p.4).

Estas microações afirmativas, das quais ouço falar desde o primeiro momento em que passei a fazer parte da pesquisa me impulsionam a ser diferente, quero levar para a minha vida, seja ela profissional ou não, este “brilho no olhar”, este desejo de seguir minha prática encorajando meus alunos, que em sua maioria chegam à sala de aula, assim como eu, já desencorajados, desacreditados e desacreditando de tudo e de todos, com o olhar desconfiado causado por situações diversas que muitas vezes não externam, seja por medo ou por vergonha, mas em seu interior uma barreira quase que invisível os impede de avançar dizendo sempre que para eles não tem jeito, é melhor aprender o suficiente para trabalhar em um comércio ou coisa assim, já que a escola não é seu local de pertencimento.

Os livros de literatura aos quais temos acesso, em sua maioria, não retratam personagens negras de forma positiva, o que acaba reforçando a baixa autoestima de nossas crianças, mas alguns educadores, como Angela Maria Parreiras Ramos¹⁵ e suas micro-ações, abrem janelas para que nossos pequenos possam enxergar além do que nossa sociedade, ainda com mentalidade escravocrata nos impõe.

Ângela, que foi convidada pela professora Regina de Jesus para apresentação de uma oficina pedagógica durante o primeiro semestre de 2015 para alunos/as que cursavam a disciplina de Literatura Infantil na UERJ/FFP, trouxe várias literaturas encantando seus expectadores, já que alguns sequer sabiam da existência de um acervo tão rico quanto aquele que ela nos proporcionou. Em sua palestra ela nos informou que toda semana leva uma história diferente para seus alunos e que estes já ficam aguardando com ansiedade o momento de uma nova contação.

¹⁵ Angela Maria Parreiras Ramos - Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialização em Alfabetização das crianças das classes populares, História da África e Educação a Distância. Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Figura 1 e 2 Livros da Oficina de Literatura Infantil com personagens negros ministrada na turma de 6º periodo de Pedagogia UERJ/FFP – 2015



A oficina nos possibilitou acesso a novos materiais que visam à valorização da diversidade. Abarcando as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico-raciais e Para Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que nos fala da necessidade da aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade enriquecendo, assim, nosso arsenal didático. Negros e não negros, de uma forma geral, precisam estar integrados a sociedade e a escola possibilita esta integração a todo o momento promovendo eventos não excludentes, visto que somos uma sociedade multirracial. O fato de conhecermos a nossa história tal qual ela é e não a que durante anos nos levaram a acreditar torna-nos, como nos diz a relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico-raciais e Para Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, cidadãos orgulhosos de seu pertencimento.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira (BRASIL, 2004 p.16).

O fato de introduzirmos novos personagens às nossas histórias infantis faz com que todos se sintam parte da história como protagonistas, interagindo nas salas de aula e nos cotidianos escolares, sem hierarquização entre as diferenças étnico-raciais, cumprindo parte do que nos sugere as diretrizes.

- a) Ampliar o acesso e o atendimento seguindo critérios de qualidade em EI, possibilitando maior inclusão das crianças afrodescendentes.
- b) Assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura Afrobrasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações etnicorraciais.
- c) Explicitar nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil a importância da implementação de práticas que valorizem a diversidade étnica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiências pelas redes de ensino.
- d) Implementar nos Programas Nacionais do Livro Didático e Programa Nacional Biblioteca na Escola ações voltadas para as instituições de educação infantil, incluindo livros que possibilitem aos sistemas de ensino trabalhar com referenciais de diferentes culturas, especialmente as negra e indígena.
- e) Implementar ações de pesquisa, desenvolvimento e aquisição de materiais didáticopedagógicos que respeitem e promovam a diversidade, tais como: brinquedos, jogos, especialmente bonecas/os com diferentes características Étnico-raciais, de gênero e portadoras de deficiência.
- f) Desenvolver ações articuladas junto ao INEP, IBGE e IPEA para produção de dados relacionados à situação da criança de 0 a 5 anos no que tange à diversidade e garantir o aperfeiçoamento na coleta de dados do INEP, na perspectiva de melhorar a visualização do cenário e a compreensão da situação da criança afro-descendente na educação infantil.
- g) Garantir apoio técnico aos municípios para que implementem ações ou políticas de promoção da igualdade racial na educação infantil (BRASIL, 2009, p.49).

Foram oito períodos, quatro longos anos e confesso que durante este tempo em alguns momentos revivi minha infância descobrindo, que apesar de muitas mudanças e um ambiente de futuras educadoras, a situação continuava. Mesmo ali dentro da universidade passei por momentos em que precisei engolir o choro e buscar em minhas leituras/pesquisas argumento para não deixar que fizessem com a adulta a mesma coisa que fizeram com a criança Janaína, que até então desconhecia a sua história achando-se assim intrusa neste ambiente. As leituras vividas até o momento descortinaram meu olhar para uma realidade até então, ocultas, deixando-me com uma escuta e olhar muito mais sensíveis e atentos. Não dava mais para rir de piadas que visavam diminuir o negro, comerciais de TV que tentavam desvalorizar a luta por dias melhores dentre outros.

Sabe-se que há muito que se trabalhar, principalmente no que se refere a algumas leis que só existem no discurso, mas não incidem em práticas, e muitas vezes há um certo desinteresse que enfraquece o avanço de mudanças que já deveriam ter acontecido, mas se começarmos a nos preparar agora buscando informações daqui a alguns anos nosso povo poderá desfrutar de uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista para todos, pois como nos diz Freire:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão. Para que seja práxis (FREIRE, 1987, p.29).

A descoberta, o descortinar de meu olhar, a identificação de onde partiam os ataques constantes, ou melhor, porque partiam estes ataques me tornaram mais forte dando-me assim condições para construir minha defesa, já que quando descobrimos a direção podemos desenvolver escudos que vão nos protegendo até nos fortalecermos. Os meus foram desenvolvidos através das leituras que possibilitaram meu avanço e a conscientização sobre a realidade racista, não mais me submetendo a ela, mas buscando possibilidades de transformar realidades nas quais eu me encontro.

6- Conclusões – anúncios de caminhos para uma professora negra

Durante toda vida vi surgirem inúmeros questionamentos em minha mente que de maneira alguma ousei externar. O medo, a insegurança, o receio de ser repreendida, além do sentimento de inferioridade causados pela falta de informações equivocadas me levaram a isso.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FREIRE, 1987, p.17).

Assim que entrei na universidade dentro de mim pulsava o desejo de conhecer um pouco mais sobre a minha verdadeira história, entender as opressões, os ataques vividos no decorrer dos anos, e imaginem que só consegui chegar aqui aos 40 anos, quando rompi com aquele complexo de inferioridade. Pode parecer tarde para alguns, mas para mim foi o melhor momento, afinal eu cheguei com a possibilidade de desvendar situações que eram, para mim, um mistério.

No decorrer desse trabalho monográfico, aliás, muito doloroso, pude crescer um pouco mais. Saio do curso sentindo-me liberta, pois apesar de sempre nos dizerem o contrário não conseguia ter este sentimento de liberdade em momento algum, havia sempre algo dentro de mim que dizia que eu verdadeiramente não era livre, já que as situações diárias e a falta de informação impediam esta tal liberdade. A universidade e as leituras me proporcionaram uma sensação ímpar, o sentimento de que posso mais e ainda posso influenciar outros a avançarem. Em um espaço formativo – o Curso de Pedagogia da FFP-UERJ, transformei minha realidade. Agora posso ajudar a transformar realidades racistas como educadora. Hoje em minha comunidade atual já estamos com 6 universitários, incluindo meus filhos, que se formarão daqui a pouco em universidades públicas, pessoas que até então achavam-se, assim como eu, não pertencentes a este espaço, a universidade não era para elas.

7- Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, R. F.; COUTINHO, S. F.; SILVA, J. O. V.; ZACARIAS, C. F. Histórias protagonizadas por personagens negras. *Relatório Final de Estágio Supervisionado I – Disciplina Estágio Supervisionado I*. (documento impresso). Curso de Pedagogia. São Gonçalo: FFP/UERJ. 2014.
- BLOG Só histórias - <http://www.sohistoria.com.br/lendasemitos/saci/>. acesso 30/11/2015
- BRASIL. Lei 10639/2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em 15/11/2015
- _____. DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, p.17 Disponível em:
<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf> acesso 15/11/2015
- _____. IBGE.
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2013.pdf acesso 11/08/2015
- _____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacional Para Educação das Relações Étnico-raciais e Para Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1852-diretrizes-curriculares-pdf&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192 acesso 19/01/2016
- NEDER, V. 4 PMs são presos suspeitos de matar 5 jovens no Rio - Jornal O Estadão de São Paulo, 2015.
<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,4-pms-sao-presos-suspeitos-de-envolvimento-em-morte-de-5-jovens-no-rio,10000003285> acesso 01/12/2015
- FERNANDES, F. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 168-179, dezembro/fevereiro - A questão racial brasileira vista por três professores – Florestan Fernandes, João Baptista, Borges Pereira e Oracy Nogueira - A questão racial brasileira vista por três professores. Apresentação de Lilia Moritz Schwarcz - 2005-2006 p.172 <http://www.usp.br/revistausp/68/14-florestan-joao-oracy.pdf> acesso 11/08/2015
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- FREEMA, M. *Princesa Arabela mimada que só ela*. São Paulo: Ática, 2010.
- GOMES, N. L. *Betina*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

_____. *Educação e Identidade Negra*. Belo Horizonte: Aletria Editora, 2002
<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392> acesso 07/12/2015.

_____. *Diversidade Étnico-Racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: Desafios, Políticas e Práticas*. Porto Alegre, Editora RBPAAE, 2011.

<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19971/11602> acesso 14/01/2016

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

GONZALES, L. Racismo e Sexismo Na Cultura Brasileira. (p. 223-244). In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.

Instituto de Estudos Brasil Europa – IBE - Só o discurso não é suficiente para acabar com o racismo, diz Kabengele Munanga - <http://www.ibe.usp.br/index.php/pt/noticias/185-o-racismo-nao-acaba-so-com-discurso-garante-kabengele-munanga> - acesso 14/01/2016

JESUS, R. de F. de. Micro-ações afirmativas – possibilidades de superação da desigualdade étnico-racial nos cotidianos escolares In: *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, Vitória - ES. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil. Vitória - ES: SBHE, 2011. v.001. p.001 – 04. 2011

_____. Projeto de Pesquisa: Compartilhando Experiências - Possibilidades para a implementação da lei 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses - *Relatório final Faperj*. (documento impresso). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

_____. Co-Construindo Caminhos Para a Implementação da Lei 10.639/03 nas escolas públicas gonçalenses. In: *Revista Educação e Políticas em Debate* – v. 2, n. 1 – jan./jul. 2013. 108 <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/viewFile/24063/13263> - acesso 14/01/2016

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida.

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/2741/2088> acesso 07/12/2015

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.

<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf> - acesso 15/02/2016

SANTANA, P. *Entremeio sem babado*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

- SCHWARCZ, L. K. M. Raça como negociação – sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: FONSECA, M. N. (org.) *Brasil afro-brasileiro*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA, J. O.V. Narrativas de Professores/as Gonçalenses: Caminhos Para a Implementação da lei 10.639/03. In: *VIII Seminário Internacional as Redes – As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- SOUZA, E. C. (Auto)Biografia, Identidade e Alteridade: Modos de Narração, Escritas de Si e Práticas de Formação na Pós-Graduação. In: *Revista Fórum Identidades*. Ano 2, Volume 4 – p. 37-50 – jul-dez de 2008.
- http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_4/DOSSIE_FORUM_Pg_37_50.pdf acesso 15/01/2016